

Pernambuco estreita relações sócio-culturais com Cabo Verde

Política

Enviado por:

Postado em:21/10/2008



O embaixador de Cabo Verde, **Daniel Pereira**, esteve, nesta segunda-feira (20), na Secretaria Especial de Juventude e Emprego (SEJE) para conhecer as experiências do Governo de Pernambuco na área. O diplomata foi recebido pelo secretário Pedro Mendes, pela gerente-geral da Agência do Trabalho, Angella Mochel, pelo secretário-executivo, André Correia e pelo presidente do Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Jorge Arruda.

O secretário Pedro Mendes falou sobre o que o governo do estado está fazendo para reverter a exclusão social sofrida pela juventude pernambucana. "Pernambuco terá o primeiro Plano Estadual da Juventude (PEJ) do país. No ano passado, ouvimos jovens de todas as regiões do estado para saber dos seus problemas e que políticas públicas devemos implementar para incluí-los no processo de crescimento que Pernambuco está vivenciando", destacou Mendes. O resultado das escutas subsidiou a elaboração do PEJ, que está tramitando na Assembleia Legislativa.

Bastante interessado na experiência da SEJE, o **embaixador Daniel Pereira** disse que o Plano Estadual de Juventude de Pernambuco pode servir como referencial para Cabo Verde. Ele disse que cerca de 50% da população caboverdiana tem menos de 19 anos e dois terços tem menos de 35 anos. "Apenas um terço desses jovens está na escola. Nosso grande desafio é o emprego", salientou. Mendes falou das ações que a Agência do Trabalho está fazendo para qualificar os jovens, com um grande aumento no número de qualificações. "Do ano passado até o fim deste ano devemos qualificar mais de 30 mil jovens. Estamos trabalhando para duplicar metas de qualificação", concluiu Mendes.

Aproximação - A visita do embaixador Daniel Pereira tem como objetivo incentivar e fortalecer a aproximação de Pernambuco com a África. Atualmente, o estado recebe 25 jovens africanos em intercâmbio. Apesar do teor do encontro ser cultural, também serão discutidos temas ligados a educação e a economia, como a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de História da Cultura Africana no ensino fundamental e médio e possíveis acordos econômicos.